



Procedimentos aplicáveis às unidades orgânicas do IEFP, I.P.

Devem ser observados os **seguintes procedimentos**, de forma a garantir a elegibilidade das despesas em termos de financiamento:

- a) Por forma a acautelar que nenhuma despesa é efetuada sem o garante da prévia reserva orçamental, devem os Serviços responsáveis pela área da formação, elaborar informação anual para todas as medidas/modalidades de formação, baseada em histórico do Centro, com a previsão da despesa a realizar com a aquisição e disponibilização de títulos de transporte a formandos, para todas as modalidades de formação;

Na referida informação deve ser contextualizada a excecionalidade do procedimento bem como evidenciadas as suas vantagens, tendo em vista a redução do abandono e do absentismo, em particular dos públicos com especial carência económica;

A Informação, após autorização, constituir-se-á como “Pedido de Aquisição”, servindo de suporte ao processo aquisitivo.

- b) Com base no “Pedido de Aquisição” supra descrito a **administrativa/financeira** do Centro deverá desenvolver o procedimento aquisitivo, elaborando informação para autorização de procedimento, cujo cabimento anual deverá ser registado na rubrica económica D020210 – “Transportes” em associação às medidas orçamentais das modalidades identificadas na informação prevista na alínea a).

- c) **Antes do início da formação**, na fase de acolhimento, deve proceder-se a uma **análise da situação socioeconómica do formando** (a aferir nos termos previstos no ponto 3 deste Guia), que permita decidir relativamente à necessidade da aquisição do título de transporte. Como suporte à aquisição, deve ser preenchido o **quadro que integra o Anexo 6**, que deve ser usado para cada ação que inicie.

- d) O **Anexo 6** preenchido e autorizado deve ser remetido, atempadamente à **área administrativa/financeira**, habilitando-a ao desenvolvimento de todos os procedimentos subsequentes, designadamente a informação de autorização de despesa e de adjudicação, que permita a aquisição direta dos títulos de transporte, tendo como base o procedimento aquisitivo previamente autorizado;

A informação de autorização de despesa deve prever, quando aplicável, a aquisição dos títulos de transporte em numerário nos termos do artigo 24.º do Regulamento de Fundo de Maneio publicado pela CN n.º 1/2019, de 3 de janeiro.

- e) Igualmente devem ser criadas as Ordens de Compra com a correspondente analítica da ação. Os títulos de transporte devem ser adquiridos em nome do IEFP, IP, devendo constar na respetiva fatura/recibo, a menção ao NIF do IEFP, I.P.

- f) O Coordenador da ação, deverá no ato do levamento dos títulos de transporte, junto da área financeira, confirmar a receção dos títulos de transporte. A aquisição dos títulos de transporte e a entrega aos formandos deve ser feita num momento que **viabilize a frequência da formação desde o 1.º dia**.

- g) No **momento da entrega** dos passes/vinhetas dos títulos de transporte ao formando, deverá ser recolhida a respetiva assinatura legível e data de entrega do título de transporte, através do **Anexo 7** que deverá fazer parte do Dossier Técnico Pedagógico.



- h) Para efeitos de **apuramento do valor mensal dos apoios sociais**, calculado em função do IAS, deverá ser tido em consideração o valor da aquisição dos títulos como despesas de transporte.

NOTAS:

- Tratando-se de despesa elegível, aquando do processamento deverá ser garantida a **correta classificação analítica**.
- O documento de quitação será a fatura/recibo emitida pela empresa de transportes.
- Não estando esta tipologia de despesa enquadrada no Fundo de Maneio, sempre que a forma de pagamento dos títulos de transporte tenha de ser efetuada em numerário, devem os serviços “requisitar” a verba necessária ao Fundo de Maneio, devendo ser processado o valor à empresa de transportes e endossado ao tesoureiro, não constando, assim, na reconstituição mensal do respetivo fundo de maneio.